



Organização dos Estados Ibero-americanos

Para a Educação, a Ciência e a Cultura

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA CONSULTOR POR PRODUTO

1. Projeto: Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

2. Enquadramento

2.1. Resultado

Resultado 1.2. - Novos sistemas tecnológicos formulados e aplicados experimentalmente nos processos gerenciais e avaliativos do MEC na implantação do PDE.

2.2. Atividades

Atividade 1.2.4 – Conceber, estruturar e implantar programas informatizados aplicáveis às ações do PDE no âmbito da Capes e FNDE.

Atividade 1.2.8 – Formular e atualizar sistemas e redes tecnológicas para uso na implantação do PDE quanto à regulação e supervisão do ensino superior, da educação a distância e da educação profissional e tecnológica.

3. Perfil: Consultor Sênior em Desenvolvimento de Sistemas Informatizados

4. Justificativa

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, instituída como fundação pública nos termos da Lei nº 8.405, de 09/01/1992, tem como finalidade subsidiar o Ministério da Educação:

- I. Na formulação de políticas para a área de pós-graduação;
- II. Coordenar e avaliar os cursos desse nível no País; e
- III. Estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a

formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

A Lei nº 11.502, de 11/07/2007, modifica suas competências e estrutura organizacional, atribuindo, no âmbito da educação básica, a responsabilidade de induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte:

- I. Na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância;
- II. Na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância.

Para a consecução desses objetivos é extremamente relevante e fundamental a ação da Tecnologia da Informação como vetor de fornecimento de soluções e alternativas.

Nessa vertente, a partir da portaria MEC nº 609 de 20 de maio de 2008, que aprova o regimento interno da CAPES, empreende-se novo tratamento a área de TI do Órgão, evoluindo e ampliando suas competências. Dentre as responsabilidades destaca-se:

Art. 27 A Coordenação-Geral de Informática compete propor diretrizes e implementar as políticas de modernização tecnológica nas unidades organizacionais que compõem a CAPES, em consonância com as orientações, normas e diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática -SISP, bem como, no que tange a implantação das políticas do Governo Eletrônico e, especificamente:

- III – assistir as Diretorias nas suas demandas por informações específicas constantes nos bancos de dados da CAPES;
- IV – coordenar e supervisionar a manutenção e atualização dos sistemas referentes ao acesso e divulgação científica, avaliação, bolsas e auxílios da CAPES;
- VIII – estabelecer as diretrizes para as aquisições de serviços e equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, bem como aprovar tecnicamente os processos pertinentes, no âmbito da CAPES;

Atenta a esses fatores e outros de ordem externa e interna, a Coordenação-Geral de Informática – CGIN tem buscado reorganizar seus processos, adotando novos modelos de gestão, com vistas ao realinhamento entre estratégia e tecnologia onde se pretende fornecer a instituição condições para cumprir sua missão institucional.

Esse novo modo de pensar a TI como área de sustentação, porém estratégica, define um papel crucial para seu desenvolvimento já que a crescente e ininterrupta demanda por soluções e sistemas de informação supera sua capacidade de atender as solicitações de forma ágil e eficiente.

Nesse cenário de mudanças e de crescimento institucional, faz-se necessário dispormos de alternativas viáveis e eficientes para atender as demandas de negócio que serão suportadas pelos sistemas de informação que serão desenvolvidos visando sistematizar os processos que estão alinhados as políticas previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Em consonância com estes planos, o Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado pelo Ministério da Educação em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior sob cinco eixos fundamentais:

1. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso.
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
3. A avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
4. As contribuições para a investigação em educação superior a distância no país;
5. O financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Tendo como base o aprimoramento da educação a distância, o Sistema UAB visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Para isso, o sistema busca fortes parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo.

Um dos principais objetivos do Sistema UAB é financiar cursos a distância através destas parcerias. Este financiamento atualmente é feito por meio de destaque orçamentário da Capes para o FNDE e para que estes pagamentos possam ser feitos diretamente pela Capes, faz-se necessário a criação de um sistema que realize o controle de todos os desembolsos, sistema batizado de Sistema de Gestão de Bolsas, Auxílios e Convênios da Capes, onde foram identificados os seguintes módulos:

1. Módulo de Convênios e Auxílios – Módulo que permitirá cadastrar e controlar Convênios, Descentralizações, Auxílios e Contratos, e consequentemente as Bolsas, Capitais e Custeios, desde a proposta até sua execução.

2. Módulo de Lotes e Cotas de Bolsas – Módulo que permitirá as Instituições de Ensino Superior, ou qualquer outra entidade credenciada, realizarem o cadastro dos bolsistas beneficiados pelos os programas em que participam;
3. Módulo Financeiro – Módulo que realizará as transações entre a Capes e os Bancos, além de realizar as integrações com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Diante do exposto, resta claro a importância estratégica da contratação dos referidos produtos, uma vez que, sem essa alternativa, as ações da Universidade Aberta do Brasil – UAB, serão prejudicadas no atendimento das metas estabelecidas no PDE.

O presente instrumento visa realizar a construção do Sistema de Gestão de Bolsas, Auxílios e Convênios da Capes.

5. Objetivo da Contratação

Consultoria especializada para análise e definição de estratégias de migrações, padronizações e otimizações dos bancos de dados da CAPES, no âmbito do Sistema de Gestão de Bolsas, Auxílios e Convênios da Capes, em apoio ao Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB), no que tange os resultados previstos no documento de projeto firmado com a OEI.

6. Atividades que deverão ser executadas:

- a) Padronizar normas e procedimentos dos bancos de dados PostgreSQL de acordo com o Modelo definido pela CAPES;
- b) Elaborar Modelo Relacional dos principais Bancos de Dados da CAPES;
- c) Estabelecer padrão para garantir a integridade das transações obedecendo a conceitos de: isolamento, durabilidade, consistência e atomicidade;
- d) Estabelecer padrão de segurança dos Bancos de Dados;
- e) Planejar e executar migrações dos Bancos de Dados da CAPES para PostgreSQL;
- f) Propagar informações globais de outros SGBDs para PostgreSQL;
- g) Atualizar os SGBDs para versões mais recentes e estáveis;
- h) Ajustes de desempenho (tunning) dos SGBDs PostgreSQL e queries;
- i) Transferência de conhecimento e capacitação sobre os serviços das soluções dos produtos;
- j) Solução de replicação de bases de dados entre PostgreSQL e Sybase.

7. Produtos ou resultados previstos:

Consultor Sênior 1

PRODUTO
Mídia contendo documento com os padrões de segurança, integridade e melhores práticas de utilização e administração de Bancos de Dados PostgreSQL, em apoio ao Sistema de Gestão de Bolsas, Auxílios e Convênios da Capes . Atividades: (a), (b), (c), (d) e (i).
Mídia contendo evidências de migração dos Bancos de Dados dos outros SGBDs para PostgreSQL, em apoio ao Sistema de Gestão de Bolsas, Auxílios e Convênios da Capes. Atividades: (e), (f), (g), (h) e (j).

8. Requisitos mínimos de qualificação

A. Formação Acadêmica:

Diploma, devidamente reconhecido pelo MEC, de conclusão de Nível Superior completo.

B. Exigências Profissionais

- Experiência de 5 anos na área de Administração de Banco de Dados
- Desejável experiência em Administração de Banco de Dados PostgreSQL
- Desejável experiência em serviço público.

B.1. Área: Informática

B.2. Período em meses: 60 meses de experiência

C. Nível de Instrução: Nível Superior

9. Vigência do contrato

03 Meses

10. Número de Vagas: 1 (uma) vaga

LOCAL DO TRABALHO: as atividades serão desenvolvidas na CAPES/MEC, endereço: SBN Quadra 02 Bloco L lote 6 – Brasília - DF